

Supremo aceita ANFIP como amicus curiae na ADI do Bônus

JURÍDICO INFORMA

BÔNUS DE EFICIÊNCIA

O ministro Gilmar Mendes, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6562, no Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu requerimento da ANFIP no qual solicitava ingresso como *amicus curiae* na ADI. Apresentada pelo Procurador Geral

da República, Augusto Aras, a ação contesta a constitucionalidade do Bônus de Eficiência e Produtividade devido aos Auditores Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil e aos Auditores do Trabalho.

Na decisão, o ministro relator

diz: “Tendo em vista a relevância da questão constitucional discutida e a representatividade da postulante, defiro, com fundamento no art. 6º, §1º, da Lei 9.882/1999, o pedido”.

Assim, a Associação passa a ter poderes para apresentar memoriais e, eventualmente, produzir sustentação oral.

Desde a campanha salarial que alterou a forma de remuneração de subsídio para vencimento básico, a ANFIP é enfática ao defender a incorporação do Bônus ao vencimento básico, com a manutenção do subsídio, garantindo a paridade e a integralidade. A Entidade segue lutando por uma remuneração compatível com a carreira.

ADI da ANFIP contra voto de qualidade no Carf recebe apoio da PGR

O procurador Geral da República, Augusto Aras, em parecer emitido na quinta-feira (19/11), opinou pela procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6415, apresentada pela ANFIP ao Supremo Tribunal Federal (STF), solicitando a inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 13.988/20, que pôs fim ao voto de qualidade em empates ocorridos nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e permitiu que, nestes casos, a demanda seja resolvida favoravelmente ao contribuinte. O parecer foi apresentado ao ministro do STF Marco Aurélio Mello.

Para o PGR, a desconformidade temática entre o conteúdo original da MP 899/2020 e a regra contida no art. 28 da Lei 13.988/2020, inserida no Projeto de Lei de Conversão 2/2020, por emenda parlamentar, configura “violação dos princípios da separação de poderes, do devido processo legislativo e do princípio democrático”. “Ocorreu vício no processo legislativo por inserção de matéria de iniciativa reservada e sem pertinência temática com o texto originário da MP 899/2019”, destaca o documento.

É importante ressaltar que a emenda com o fim do voto de qualidade

no Carf foi apresentada após a emissão de parecer pela Comissão Mista do Congresso Nacional. Na versão original, o texto da MP 899/2020 disciplinava as circunstâncias em que o Fisco poderia negociar extrajudicialmente com seus devedores ou partes adversas, de forma a encerrar processos ou a evitar o ajuizamento de ações relativos a créditos públicos já existentes.

Com a manifestação do Ministério Público, a ANFIP, representada pelo advogado Heleno Taveira Torres, acredita que o processo avançará rápido para julgamento.

Festividade de fim de ano terá sorteio de prêmios
Página 2

Seguem preparativos para Concurso de Contos, Histórias e Poesia
Página 5

Live no dia 25/11 vai debater deduções no Imposto de Renda
Página 8

Presidente da Câmara fala sobre Reforma Administrativa

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão no Mandado de Segurança 37488, impetrado para requerer a imediata suspensão da tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da Reforma Administrativa. De acordo com o ministro Marco Aurélio Mello, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), quem deve suspender a tramitação.

O MS foi impetrado por membros da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), com o apoio da assessoria jurídica do Fórum Nacional de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), no dia 21 de outubro.

Em sua manifestação ao STF, Rodrigo Maia respondeu que, na prática, a PEC 32/2020 já está suspensa, pois não há previsão de início das deliberações.

O parlamentar, que enviou seu parecer na terça-feira (17/11) para o relator do MS 37488, ministro Marco Aurélio Mello, afirma que “em razão das circunstâncias excepcionais impostas ao funcionamento desta Casa (Câmara) pela pandemia, a tramitação de emendas constitucionais que não contam com o amplo apoio do Plenário resta sobremaneira

dificultada. As Comissões permanentes (entre as quais a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) ainda não foram instaladas e, regimentalmente, enquanto a Câmara não retomar as deliberações presenciais, sequer é possível constituir a comissão especial que futuramente seria responsável pela apreciação do mérito da Proposta de Emenda à Constituição impugnada”.

O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, ressalta que o presidente da Câmara dos Deputados cumpre seu papel ao deixar o debate da PEC 32 somente para 2021. “Desde o início apontamos os problemas dessa reforma. Ontem mesmo saiu o relatório da Consultoria Legislativa da Câmara sobre os erros de uma publicação do Instituto Millenium, que tem servido como referência para alguns ditos especialistas na matéria. As entidades de classe ganham, assim, um pouco mais de tempo para aprofundarem estudos sobre o assunto. Agora temos que focar na PEC Emergencial que pretende reduzir serviços públicos e a remuneração dos servidores.”

Confira [AQUI](#) a resposta do deputado Rodrigo Maia ao STF.

Fim de ano: Concorra a prêmios na confraternização virtual da ANFIP

CONVITE

ANFIP
UNIÃO E TRABALHO

Live Comemorativa dos Festejos Natalinos dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
Com transmissão no canal da ANFIP no Youtube

17
DEZEMBRO
DAS 15H ÀS 17H

ANFIP
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

O fim do ano está próximo e você, associado, tem compromisso marcado com a ANFIP no dia 17 de dezembro, das 15 às 17 horas. A Entidade realizará uma grande confraternização virtual, com o objetivo de promover animação, alegria e integração, apesar deste momento delicado imposto pela pandemia.

O evento será transmitido via Youtube e contará com uma programação imperdível com momentos culturais, mensagens especiais e, claro, sorteio de brindes. Para concorrer é necessário preencher, apenas UMA vez o formulário de inscrição que será disponibilizado a partir da próxima semana.

Em breve serão divulgadas mais informações sobre a programação e os prêmios do sorteio. Marque na agenda e venha comemorar este momento especial conosco!

Expediente		Linha Direta	
Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150 Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores. Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br		DIRETOR RESPONSÁVEL Benedito Cerqueira Seba EDITOR Ludmila Machado REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante. ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedito Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado	
www.instagram.com/anfipnacional www.facebook.com/anfip.nacional www.twitter.com/anfipnacional www.youtube.com/anfipoficial		ANFIP Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil UNIÃO E TRABALHO!	

ANFIP analisa sistema tributário brasileiro em último episódio do Nosso Estado



Os diferentes modelos de arrecadação tributária do mundo, num comparativo ao sistema brasileiro, foram o tema central do 8º e último episódio da minissérie digital *Nosso Estado*, realizado nesta quinta-feira (19/11), com transmissão pelo canal do Youtube da Agência Servidores e das entidades parceiras do projeto.

O palestrante convidado foi César Roxo Machado, vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP. O presidente Décio Bruno Lopes também esteve presente para a abertura do debate, como fez em todas as edições do evento.

Em sua exposição, Cesar Roxo analisou a arrecadação de tributos do Brasil em comparação aos demais países desenvolvidos, considerando o que é praticado em relação à tributação da renda, do patrimônio e do consumo. “O nosso sistema tributário é extremamente regressivo, aprofunda a concentração de renda e, como consequência, aprofunda as desigualdades sociais e impede o desenvolvimento e o crescimento econômico”, explica.

Ele ressalta que em países desenvolvidos os sistemas tributários são progressivos. “À medida que aumenta a capacidade econômica das pessoas, a tributação aumenta. À medida que a capacidade econômica é menor, a tributação é menor. Aqui no Brasil a tributação ocorre de forma inversa do que acontece no resto do mundo”.

Para Cesar Roxo, reduzir as desigualdades, por meio do modelo de imposto, é fundamental para o desenvolvimento do país. “O sistema tributário não é a

causa das desigualdades sociais. Mas, ele pode aprofundar ou atenuar a desigualdade, na medida em que aumenta ou reduz a concentração de renda na sociedade. A história nos mostra isso. Os Estados Unidos e países europeus, após a Segunda Guerra Mundial, conseguiram reduzir suas desigualdades fazendo duas coisas: adotando sistemas tributários progressivos e assegurando direitos sociais, como habitação, saúde e educação, que passaram a ser políticas de Estado”.

Sobre a Reforma Tributária no Brasil, o presidente da ANFIP destacou que o tema é de extrema sensibilidade. “Alterar o sistema tributário requer uma ampla discussão com todos os atores sociais. Não basta apenas a simplificação, há de se observar o princípio da capacidade contributiva”. Décio Lopes falou ainda sobre conscientização da sociedade. “É necessário que se promova no cidadão uma consciência tributária quanto ao dever jurídico de se pagar tributos. Também de se promover nos políticos uma conscientização de criar leis que contribuam para o combate à sonegação e à corrupção e, assim, proporcionar uma sobrevivência pacífica com prestação de serviços públicos de qualidade”.

O evento também contou com participação, como debatedores, do presidente do Conselho Estadual de Delegacias Sindicais de Minas Gerais (CEDS/MG), Carlos Augusto dos Santos; e do Consultor Legislativo do Senado Federal Fernando Veiga.

Confira [AQUI](#) o debate completo.

Comissão ANFIP do Futuro se reúne



O presidente Décio Bruno Lopes parabenizou a atuação da Comissão e destacou que as discussões da ANFIP do Futuro acontecem há muito tempo e que o grupo tem a função de construir bases para defender o futuro da Entidade, porém, para isso, é necessário muito estudo. “Tem que ter pé no chão para mudar paradigmas, pois, se não pensar bem, o efeito pode ser contrário. Tenho certeza que daqui vão surgir ótimas ideias e espero que consigamos, até o final do mandato, deixar as bases prontas para decisões dos próximos conselhos”, completou.

A Comissão, formada por integrantes do Conselho Executivo, do Conselho de Representantes e por associados, se reunirá novamente no dia 9 de dezembro para analisar detalhadamente os tópicos levantados. Após selecionados pela Comissão, os projetos do grupo serão apresentados aos conselhos da Entidade e, caso aprovados, serão instituídos.

Participaram também da reunião os vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Ariovaldo Cirelo (Serviços Assistenciais), além do presidente Carlos José de Castro (GO), do vice-presidente da Estadual de Santa Catarina, Floriano José Martins, e das associadas Ercília Leitão Bernardo (CE) e Léa Pereira de Mattos (DF).

A Comissão ANFIP do Futuro reuniu-se, na terça-feira (17/11), para analisar as propostas do terceiro subgrupo de trabalho que aborda a otimização das questões administrativas que influenciam o orçamento da Entidade. A abertura da reunião foi realizada pelo vice-presidente Executivo, Márcio Humberto Gheller, que também coordena o grupo. Na oportunidade, os participantes fizeram uma análise da última reunião conjunta com os conselhos

Executivo, de Representantes e Fiscal.

Em seguida, o vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário, Carlos Alberto de Souza, apresentou as propostas, que tem o objetivo de criar parâmetros norteadores para que a Entidade não exceda os gastos. Entre os tópicos sugeridos, estão a definição de limite de receitas para folha de pagamento, controle de gastos da diretoria e mudança da estrutura administrativa.

Comissão do Código de Ética define etapas de trabalho



A Comissão do Código de Ética da ANFIP reuniu-se, de forma virtual, na quarta-feira (18/11), para dar continuidade à elaboração do documento que estabelece diretrizes que norteiam as ações dos integrantes da Entidade.

Durante o encontro, os participantes deliberaram submeter o documento ao departamento jurídico da ANFIP e a alguns associados, com experiência, para o aprimoramento do texto. Logo após, a Comissão se reunirá novamente, até dezembro deste ano, com o intuito de revisar a minuta que será encaminhada para os representantes dos conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal da Entidade para aprovação conjunta.

Os trabalhos estão em andamento a fim de estabelecer um Código que contenha os direitos e deveres que devem ser praticados e a definição de regras para aplicação de penalidades no caso de descumprimento das normas estabelecidas.

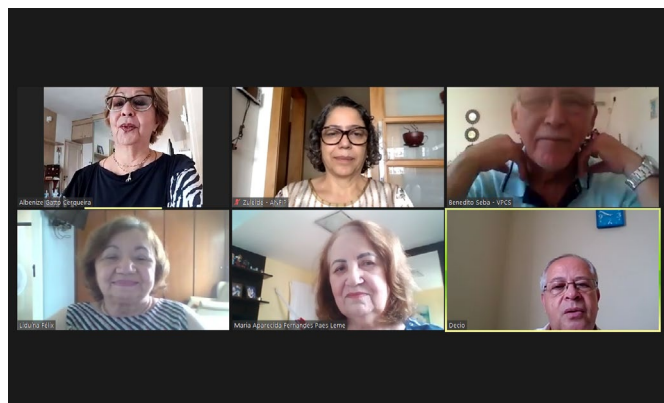
Estiveram presentes no encontro os vice-presidentes Márcio Humberto Gheller (Executivo), Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), além da associada Teresinha Fernandes Meziat.

Comissão Organizadora prepara detalhes de Concurso de Contos, Histórias e Poesias

Conselheiros da ANFIP, por meio de Comissão Organizadora, se reuniram na sexta-feira (20/11) para definir os critérios de seleção para a constituição da Comissão Julgadora do Concurso de Contos, Histórias e Poesias, voltado para os associados da Entidade.

Na ocasião, os participantes deliberaram que as Estaduais poderão indicar representantes que tenham conhecimentos técnicos relacionados a contos e poesias, desde que não estejam inscritos no concurso. Em seguida, será realizado um sorteio para a definição dos nomeados. A Comissão Julgadora será composta de cinco membros titulares e o mesmo número de suplentes, que realizarão o julgamento imparcial dos trabalhos apresentados.

Participaram do encontro, o presidente Décio Bruno Lopes, e os vice-presidentes Albenize Gatto Cerqueira (Cultura Profissional e Relações Interassociativas), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social), Maria Aparecida Fernandes Paes Leme (Relações Públicas) e Tereza Liduina Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões).



O CONCURSO

O objetivo do concurso é transformar em oportunidades as dificuldades vivenciadas em tempos de pandemia, utilizando como instrumento o incentivo à arte, a cultura e a interação entre os associados.

As inscrições estão abertas e devem ser realizadas até às 23h59min (horário de Brasília) do dia 18 de dezembro. Podem participar os Auditores Fiscais ativos, aposentados e pensionistas já associados à ANFIP e os Auditores que venham a se associar à Entidade até a data de inscrição do evento. Outras informações podem ser acessadas no hotsite exclusivo do I Concurso de Contos, Histórias e Poesias da ANFIP ([aqui](#)). Participe!

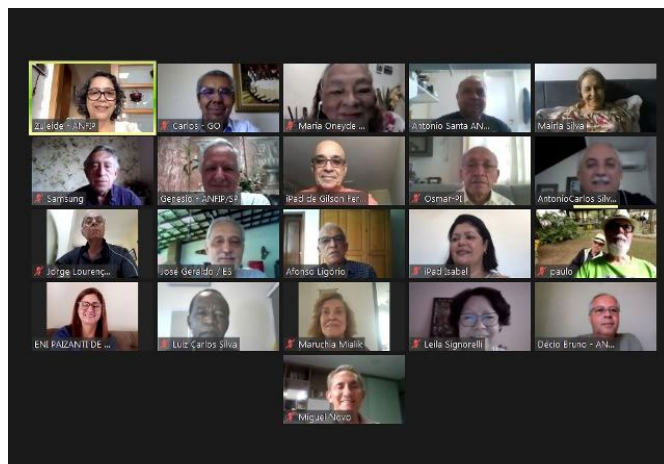
Conselho de Representantes promove reunião extraordinária

O Conselho de Representantes (CR), formado pelos presidentes das Estaduais da ANFIP, reuniu-se virtualmente na segunda-feira (16/11) para alinhar informações relativas à adequação das entidades à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e para votação de parecer da Comissão de Finanças sobre a prestação de contas do Conselho Executivo, referente ao 4º trimestre de 2019 e 1º trimestre de 2020, e dos relatórios das vice-presidências de Finanças e de Planejamento e Controle Orçamentário, relativos ao período de agosto de 2019 a julho de 2020.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, fez a abertura oficial do encontro e relatou o intenso trabalho que está sendo desenvolvido neste período de pandemia e o esforço interno para manter as atividades dentro do orçamento disponível. “Este mandato não será igual a nenhum outro dos 70 anos da ANFIP. A gente não conseguiria trabalhar com tranquilidade se não fosse a união e o esforço de vocês em trazer para nós questões que precisam ser verificadas, nos dar suporte e dar condições de levar uma Entidade que é de todos nós”, disse aos representantes.

O coordenador da Mesa do CR, Genésio Denardi (SP), agradeceu ao presidente da ANFIP e informou que essa cordialidade vai continuar e, sempre que se fizer necessário apontar falhas, será feito, uma vez que é em benefício de todos os associados.

LGPD – A vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, informou que todos os procedimentos referentes à guarda e utilização de dados devem estar em conformidade com a lei. “Temos que, desde já, atender aos seus ditames, mesmo não tendo ainda aplicação das sanções administrativas.



É uma lei importante”, disse.

O advogado Adelson Santana, da Farag, Ferreira & Vieira Advogadas e Advogados, está coordenando as atividades da aplicação da LGPD e orientando quanto aos procedimentos que as entidades terão que adequar. A lei já está em vigor e as multas da não aplicação da lei irão acontecer a partir de agosto de 2021.

A lei busca proteger os dados da pessoa física, tanto digitais quanto físicos, e garantir a privacidade das informações, evitando que sejam utilizados de forma indevida. O normativo é voltado para toda e qualquer empresa que mantenha banco de dados. “A legislação em nenhum momento vem impedir que eles sejam utilizados, mas impõe limites para a sua utilização”, alertou.

As Estaduais terão todo o suporte da ANFIP para o processo de adequação das rotinas de trabalho à lei.

BENEFÍCIOS

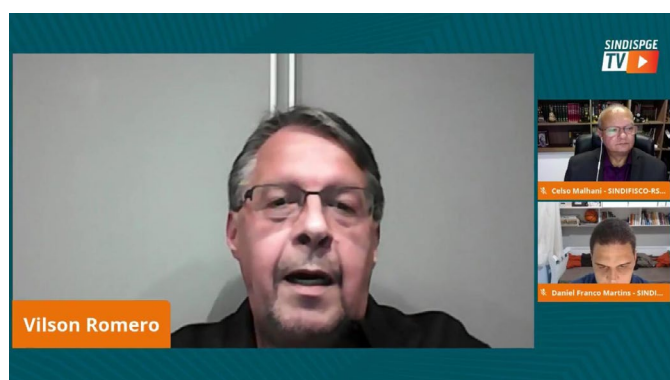
Descontos especiais na volta às aulas

Economize na volta às aulas com o Clube de Vantagens da ANFIP! Estão disponíveis descontos exclusivos de até 55% em diversas instituições de ensino nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Para garantir o benefício acesse: anfip.temvantagens.com.br e aproveite!



ESTADUAIS

Diretor da Agafisp analisa impactos da PEC 32/2020 em live do Sindspge/RS



Em debate virtual, transmitido pelas redes sociais do Sindicato dos Servidores da Procuradoria Geral do Estado do RS (Sindspge/RS), o diretor de Política de Classe da Agafisp, Vilson

Antonio Romero, fez ampla análise da Reforma Administrativa (PEC 32/2020), que se encontra na Câmara dos Deputados, ainda sem ter iniciado sua tramitação, em decorrência da pandemia.

O encontro on-line foi coordenado por Daniel Franco Martins, diretor do Sindspge/RS, e também contou com a participação do Auditor Fiscal estadual Celso Malhães de Souza, diretor da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

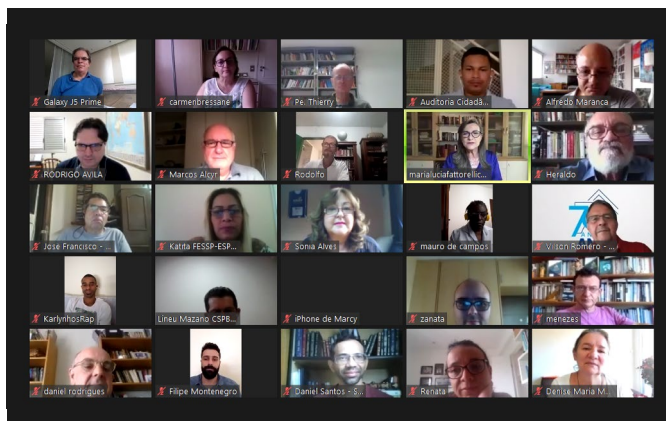
Romero destacou a necessidade de mobilização, mesmo que virtual, dos servidores públicos e da sociedade em geral, pois a proposta, se aprovada, acaba com o Regime Jurídico Único e a estabilidade do funcionalismo. O dirigente conclui que o texto em debate faz um retorno ao passado, abrindo a porta para o loteamento do Estado brasileiro, assim entendidos os 5.570 municípios, as 27 Unidades da Federação e a União.

Auditoria Cidadã da Dívida reúne Conselho Político

O Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) reuniu-se na segunda-feira (16/11), com participação do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, e de dezenas de entidades representativas de servidores públicos. Na ocasião, foram abordadas questões importantes da crise econômica no país.

O encontro foi conduzido pela coordenadora-geral da ACD, Maria Lúcia Fattorelli, que apresentou uma análise de conjuntura política no contexto da pandemia de covid-19 e explicou a importância de realizar uma articulação urgente contra o PL 3.877/20, PL 9.248/17, PLP 19/19 e PLP 112/19, que tratam da transferência de dinheiro do orçamento público para bancos.

Vilson Romero demonstrou preocupação com a retomada dos trabalhos no Congresso Nacional. “Nós temos que fazer um trabalho em nível federal primeiro, buscando saber a posição dos parlamentares, se são a favor ou contra a Reforma Administrativa e as PECs do Plano Mais Brasil, porque agora com certeza as forças conservadoras vão se rearticular em um processo de quase massacre dos servidores públicos para fazer com que até janeiro sejam aprovados esses projetos”, destacou o assessor alertando ainda sobre a importância de estabelecer pautas prioritárias e se aliar aos demais grupos de trabalho que



são contra as PECs.

Na oportunidade, Fattorelli também apresentou os projetos promovidos pela ACD que estão em andamento, entre eles a campanha “É hora de virar o jogo”, que luta pela construção de um novo modelo econômico, e o Congresso Internacional Celebrativo dos 20 anos da ACD, que será realizado virtualmente nos dias 3 e 4 de dezembro e tem como tema “O Sistema da Dívida em tempos de Financeirização e barbárie: necessidade de auditoria e suspensão imediata dos pagamentos”.

ANFIP presente na reunião do Conaprev

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou na quarta-feira (18/11) da 69ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), a convite do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), do qual Décio Lopes é conselheiro representante dos participantes. O tema da reunião é “A nova sistemática de compensação previdenciária”.

O Conaprev é uma entidade associativa civil, sem fins lucrativos, composta por representantes de órgãos ou entidades responsáveis pela gestão dos Regimes Próprios da União, dos estados e do Distrito Federal, além de representantes dos municípios. Ele tem o objetivo de servir como espaço de articulação entre essas diferentes instâncias e contribuir para a superação dos problemas decorrentes da implementação dos RPPS.

ANFIP parabeniza Auditores Fiscais eleitos no país

A eleição para as Prefeituras e Câmaras Municipais movimentou o país no domingo (15/11). Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil de diversas localidades marcaram presença no pleito, concorrendo a cargos de prefeito (a) e vereador (a), e a ANFIP parabeniza todos os que lograram êxito na disputa.

A Entidade entende a importância de os Auditores Fiscais ocuparem cada vez mais espaços públicos e políticos e parabeniza todos aqueles que se dispuseram a se candidatar. E, aos associados eleitos, a ANFIP deseja uma gestão exitosa e que seja o início de uma vida política com contribuições

positivas para toda a coletividade.

Foram eleitos nas prefeituras: Marco Aurélio Nedel (Podemos), prefeito de Crissiumal (RS); Sandra Rejane Lopes de Barros (DEM), prefeita de Canhotinho (PE), e William Fernandes Mussi (PV), prefeito de Senador Firmino (MG). Como vereador foi eleito José Fernando Barbieri (PDT), de Jaú (SP). E, como suplentes de vereador, estão Cícero Viana de Souza (DC), de São Luís (MA), e Elias Carneiro Junior (PSB), de Santos (SP). A ANFIP parabeniza ainda Celso Moraes (MDB), eleito prefeito de Paraíso do Tocantins (TO), filho do presidente da ANFIP-TO, José Carlos Rêgo Moraes.

Carf realiza em novembro VI Seminário de Direito Tributário e Aduaneiro

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) realizará no dia 24 de novembro, de 9h às 18h, o VI Seminário Carf de Direito Tributário e Aduaneiro. O evento será em formato virtual, com imagens de estúdio e transmissão aberta pelo Youtube da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – acesse [AQUI](#).

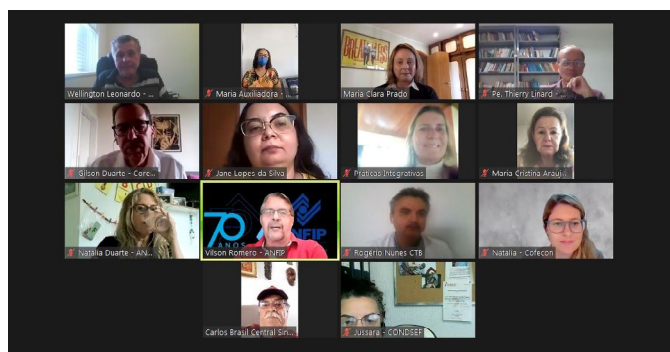
O objetivo é debater com a sociedade temas do contencioso administrativo fiscal e contará com a participação

de professores-doutores de prestigiadas universidades brasileiras, magistrados federais, autoridades fazendárias e de organismos internacionais.

Confira [AQUI](#) a programação completa do evento.

Estudos Tributários - Ao final de cada edição da série dos seminários é produzida uma coletânea fruto dos intensos debates realizados no evento. O livro referente ao V encontro está disponível para acesso on-line no seguinte [AQUI](#).

Fórum pela Redução da Desigualdade avalia cenário político



As entidades que integram o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, entre elas a ANFIP, reuniram-se na quinta-feira (19/11) para avaliar ações realizadas pelo grupo e debater novas medidas a serem adotadas para devolver ao país o desenvolvimento econômico necessário à toda sociedade.

O assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, em decorrência das eleições municipais ocorridas no último domingo (15/11), sugeriu que o Fórum envie uma

mensagem aos prefeitos eleitos a fim de apresentar os trabalhos do grupo, mostrar alternativas para o combate à desigualdade e abrir diálogo e parceria com a nova estrutura política que se formata. “Estamos aqui para colaborar para mitigar a tremenda desigualdade. Ao mesmo tempo, nos colocarmos à disposição com algumas alternativas, especialmente envolvendo mudanças na estrutura tributária. Estamos preocupados e estamos buscando soluções”, afirmou.

A associada Rita Felicetti também participou do encontro e concordou que o contato com os eleitos é importante, porque demonstra preocupação do Fórum com a desigualdade que só vem crescendo. “Esse Brasil tão rico, com tantas possibilidades, e a gente só dando recursos para bancos. Quem está protegido no sistema são os bancos. Eles que são os beneficiados. É preciso entender que quanto mais você investe na economia, mais cresce para todo mundo”, disse.

O Fórum foi criado pelo Conselho Federal de Economia, que coordena a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. Cerca de 30 entidades nacionais e estaduais participam da iniciativa.

ANFIP debate como doar valores para Idosos e ECA no Imposto de Renda




LIVE Série ANFIP

Doação para Fundos de Idosos, Infância e Adolescência e o direito à dedução no Imposto de Renda



Mauricio José Silva Cunha
Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos



Júlio César Ribeiro
Deputado Federal - Republicanos/DF
Presidente Frente Parlamentar do Idoso



Sandro de Vargas Serpa
Subsecretário de Tributação e Contencioso da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil



Décio Bruno Lopes
Presidente da ANFIP



Tereza Liduína Santiago Félix
Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões da ANFIP



Cesar Roxo Machado
Vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP



Antonio Costa
Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

25/11 QUARTA 10h



[/anfip](https://www.facebook.com/anfip.nacional/)
[/agenciaservidores](https://www.youtube.com/user/Anfipoficial)

Você sabia que a legislação brasileira permite que pessoas físicas direcionem até 6% do imposto devido ou da restituição do Imposto de Renda para o Estatuto da Criança e Adolescentes (ECA) e Estatuto do Idoso? Sim. Isso é possível e prático.

Em ambas as situações, a renúncia fiscal é por parte da União. Em vez de o contribuinte destinar a parcela do IR devido ao governo federal, ele tem a oportunidade de direcionar esse valor para um fundo – seja ele municipal, distrital, estadual ou nacional – para que seja aplicado exclusivamente para financiar projetos e programas que garantam um futuro melhor a idosos, crianças e adolescentes.

É sobre este assunto que a Live – Série ANFIP do dia 25/11 (quarta-feira) irá tratar. O debate será transmitido pelo canal da ANFIP no Youtube e no Facebook, a partir das 10 horas.

Para falar sobre o tema, foram convidados:

- Deputado federal Júlio César Ribeiro (Republicanos/DF) – presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Idosos

- Maurício José Silva Cunha – Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Sandro de Vargas Serpa – Subsecretário de Tributação e Contencioso da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
- Antonio Costa - Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Pela ANFIP, participam:

- Décio Bruno Lopes – Presidente
- Tereza Liduína Santiago Félix – vice-presidente de Aposentadorias e Pensões
- Cesar Roxo Machado – vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Assista aqui:

- Facebook ANFIP – <https://www.facebook.com/anfip.nacional/>
- Youtube ANFIP – <https://www.youtube.com/user/Anfipoficial>

Acesse! Comente! Compartilhe!